

# O VELHO PERNAMBUCANO.

NUMERO 7. QUARTA FEIRA 11 DE SETEMBRO DE 1833. GRATIS.

Este Periodico será distribuido gratis pelos assignantes do Diario de Pernambuco, e sahirá uma vez na semana.

Uma nuvem, que os ares escurece  
Sobre nossas cabeças apparece.

CANÕES.

IMPRESSO EM PERNAMBUCO POR JOZE VICTORINO DE ABREU.

**D**Epois dos males apontados pelos partidistas da restauração, cuja analize fizemos em nossos Numeros antecedentes, sempre concluindo contra elles, isto é, que a volta de D. Pedro ao Brazil de nenhuma sorte poderia curar estes males, e que muito ao contrario agravando poderosamente aquelles, que datando sua existencia do Governo do ex-Imperador ainda não poderão ser remediados, teria de produzir outros, q' por ventura não soffremos; depois desses males da guerra civil, e falta de segurança individual, que querem os restauradores attribuir a Revolução de 7 de Abril vem immediatamente o mal do cobre falso. Vejamos se tem razão os nossos inimigos. O mal do cobre falso é muito anterior a existencia do Governo de Abril, e para fallarmos a verdade, elle é anterior ao Governo de D. Pedro, D. João 6. seu Pai foi quem deo ao povo este terrivel exemplo, duplicando por um novo cunho a valor das moedas de cobre, de maneira que uma de 40 reis, teve o valor de 80, e assim as mais em proporção. O exemplo do Governo excitou o povo, e nós sabemos quanto foi elle seguido. Então a facilidade do cunho animou o crime; e a pena de morte, e de mão cortada não tirou, de que os particulares com um pequeno cinzel, emitassem o Governo, cortando as letras romanas, que representavam o valor da moeda, e formassem no centro desta mal formados signaes, que representassem a coroa Portugueza, que foi o distinctivo da moeda recunhada.

Por alguns annos vivemos livres deste mal, e o novo padrão de nossa moeda offerecia difficuldade aos falsificadores; mas bem depressa vencerão-se todas as difficuldades, e no tempo de D. Pedro, muito antes de sua retirada, quando nem se ainda sonhava em abdicção, renovou-se o exemplo de D. João 6., reapareceu o crime da falsificação da moeda na Bahia, e depois em outras Provincias mais. Foi pois no

Governo transacto, que nasceo de novo o flagello da moeda falsa, foi naquelle tempo, que os encarregados da Justiça, como Gustavo, e os da Policia como Martins, segundo provão os processos á respeito, apregõa a fama Publica, e nós todos o sabemos, descerão da sua dignidade de Columnas do altar, e do trono, e confundirão-se na pauta immunda dos moedeiros falsos. Se alguma coiza temos a notar sobre isto no Governo de D. Pedro foi a animação, que teve o crime de falsificação da moeda, já pela impunidade dos delinquentes por partilharem com elles nos ganhos os seus prejuizos, já pela medida impolitica do Governo de mandar resgatar a moeda falsa, que a não ser assim, os negociantes, os agricultores, e todos quantos tem de perder a moeda falsa, que possuem, com o receio de tamanha quebra em suas riquezas vigilantes se armariam contra os criminosos para entrega-los ao rigor das leis, o mal se teria evitado, e tantos milhões de cobre falso não andariam hoje em circulação. Do que temos dito se conclue, que o mal da moeda falsa não vem do Governo de Abril, que se alguem merece imputação é o Corpo Legislativo por não ter mais cedo remediado o mal; mas isto sabe-se por que, e ninguém melhor que os restauradores: digão-no seus illustres Representantes, seus Montezumas &c. &c. que com seus discursos longos, e enfadonhos de duas horas e meia muito de proposito em insignificantes discussões retardava os trabalhos da Camara: que se imputação merece alguem são os magistrados, que muito de proposito tem absolvido quantos se prendem até com os cunhos nas mãos; e isto pela razão clara de indisporerem o povo contra o Governo, que em semelhantes cazos é sempre o alvo onde vão bater todas as pedras. Precizo nos foi tomar este rodéo para esclarecermos uma circumstancia importante, e é que o mal da moeda falsa não vem da Revolução de Abril, sim do tempo de D. Pedro, e que este com seus prestigi-

os, com suas forças, e com seus conhecimentos administrativos, e financeiros, o não pode evitar.

Agora vamos ao ponto principal da questão, a these, que estabelecemos com os restauradores. Com que se curará o mal do dinheiro falso? Bem se vê qual seja a opinião dos nossos contendores, com a volta de D. Pedro, gritão todos. Nós provaremos o contrario. Dizei-nos partidistas da restauração, de que maneira poderá D. Pedro livrar-nos do cobre falso? Para a vossa contento com uma medida de momento resgatar a moeda falsa, e emitir boa seria preciso, que elle trouxesse um fundo de 60 milhões, que á tanto se calcula o cobre que anda em circulação. Mas onde axará D. Pedro esta somma? Quer elle venha ao Brazil antes, quer depois de tomado Portugal, em nenhum cazo estará em estado de trazer esse dinheiro. Os empréstimos contrahidos difficultozamente bastão para sustentar tropas estrangeiras assoldadas, os cofres de Portugal devem de estar exhaustos com uma guerra tão longa; e não lhe será fácil tão cedo pagar o muito, que já deve, quanto mais fazer novas dividas. Suponhamos porém que elle poderia contrahir o empréstimo de 60 milhões, que xegasse para o resgate da moeda, dizei-nos Restauradores, seria este o meio verdadeiro de curar o mal da moeda falsa? Assim o não pensamos. E' bastante o pezo, que carregamos com a divida Nacional, por essa divida contrahida por D. Pedro para sustentar a volubilidade de seu character, e seus caprixos. Desconheceis quanto oneroso seria á Nação um acrescimo á nossa divida de 60 milhões? E poder-se-lia dizer, que assim ficaria curado o mal do cobre falso? De nenhuma sorte. O resgate da moeda falsa a custa de um empréstimo de 60 milhões, seria a troca de um mal por outro, e um mal comparativamente maior segundo o numero, e qualidade das pessoas sobre quem elle recahiria, e em todo o cazo seria sempre um mal de divida Nacional.

Mas concedido, que o remedio do cobre falso estivesse nesse empréstimo, dizei-nos que necessidade haveria de D. Pedro para o fazer? Acazo tem o nosso Governo menos credito, que elle para o contrahir? Deveis julga-lo pelo augmento dos nossos fundos. Deveis pois convir con-nosco, que por esse lado não temos necessidade de restauração, e que a volta de D. Pedro bem lon-

ge de nos curar o mal da moeda falsa não faria mais, que agrava-lo, tornando-se com suas novas dividas mais pezado a Nação, impossibilitando-a por isso de livrar-se deste flagello. O cobre falso só pode ser remediado por meio de sabias medidas legislativas fundadas em principio de Economia Politica, que com o andar do tempo vão nos curando deste terrivel mal, que já tantos perigos nos preparava. Segundo vimos no Diario da Administração Publica de Pernambuco N. 107, no dia 6 do passado mez de Agosto passou na Assembleia Geral a Lei sobre este objecto, concebida com poucas alterações segundo o voto separado do Exm. Marquez de Barbacena. Graças sejam dadas aos nossos Legisladores por scellarem o ultimo período desta presente Legislatura com uma medida tão importante, e que o Brazil todo tanto reclamava. Restauradores está acabada a necessidade de vir D. Pedro acabar com a moeda falsa, o Poder Legislativo já providenciou, esperemos o exito da medida.

Depois do cobre falso vem a divida Publica, é um mal não esquecido dos restauradores, e que para curar-se, assim como os outros, o remedio unico é a restauração. (\*) Quanto dicemos á respeito do cobre falso podemos aplicar a esta com mais, ou menos differença. A nossa divida Publica foi contrahida por D. Pedro, o Governo de Abril já a axou. A Nação geme debaixo do seu pezo, nossos rendimentos, que podião ter mil uteis empregos mal xegão para o desempenho Nacional, para credito nosso. Perguntamos aos amigos do Duque de Bragança, em que foi applicado o dinheiro do empréstimo feito por elle? Quantas obras Publicas se fizeram com elle? Quantos Palacios, quantas Cazas de Prisão, quantos Rios abertos, quantos canaes, quantos vazos de guerra, quantas Fortalezas &c. &c.?! Nada nos mostrarão, se não os campos do Sul juncados dos corpos de tantos Brasileiros, que tanta falta nos fazem hoje; nada nos mostrarão, se não essa guerra caprixosa, que nos deixou de rastos: e á não ser o derramamêto de sangue de nossos compatriotas não saberíamos, que applicação teve aquelle dinheiro. Porém não é

(\*) Os Restauradores estudarão Politica segundo o sistema de M. Le-roi: todas as molestias se curão com purgantes segundo o Doutor Francez, todos os males do Brazil se curão com a volta de D. Pedro, segundo elles.

ainda isto o que queremos dizer, por ora só queremos provar aos Restauradores, que a volta de D. Pedro não cura o mal da divida Publica. O Duque de Bragança deve estar mui endividado, a guerra de Portugal o terá posto na maior lazeira: a empreza de uma nova expedição para o Brazil o empenhará de todo, em um tão miseravel estado qual o em que ha de apparecer entre nós poderá elle solver nossa divida Publica? Desgraçado Brazil se o xegasse á experimentar! As nossas riquezas serão a soldada das tropas, os recursos de nosso Paiz hipoteca segura para se contrahirem novos empréstimos, com que se elle podesse refazer. Quantos annos nos serão então precisos para pagamento da divida Publica? Só saberá quem poder calcular as precisões de D. Pedro depois das dispesas de duas guerras. Tão claro é isto, que omittimos maior analize. Os Restauradores não podem dizer, que a volta de D. Pedro é o remedio para se extinguir a divida Publica; mas nós poderemos dizer-lhes, que a restauração é o meio de se nunca ella acabar: nós poderemos dizer-lhes, que o verdadeiro remedio está na paz, que xamando o commercio augmenta o capital destinado para a amortisação da divida, e assim livra a Nação deste fardo importante. — Proseguiremos ainda.

**N**ÃO escarmentados ainda de nossas antigas faltas buscamos dar livre curso as atimanhas dos inimigos de nossa Liberdade. Parece que o genio do mal sempre disposto a perseguir-nos pretende arremessar-nos no abismo, que se nos prepara. Todos convem, que a nossa desunião muito animou aos asseclas do Duque de Bragança, e que as nossas dissensões derão robustez a esse partido, que nos cava a total ruina; mas sem que reconheçamos os nossos erros, sem emendarmo-nos, continuamos em nossos desaguizados. Não é só empunhando a espada, e nas brenhas unidos aos restauradores, que promoveremos a perda da nossa Liberdade: de mór pezo por certo é a guerra surda, que entre nós lavra, do que essa que soffremos nas nossas matas. A desunião, que nos escoa as forças, e que por diversos modos se promove, causa mais terror, e mais nos descoroça do que o mais bem equipados exercito de D. Pedro sobre as nossas costas: é da desunião que provi-

rá toda a nossa ruina, é a desunião que assentará de novo o antigo despotismo. Mal prestão esses palavrões, que incessantemente soltamos ao vento, quasi de nada valem esses enramalhados discursos, em que nos apresentamos patriotas sem modelo, os protestos, os juramentos que imprimimos pouco aproveitão, si não damos decisivas provas do que em nós a Patria possui. Desmentidos muitas vezes por nosso proceder procuramos depois encobrir as nossas faltas, no entanto que nada dispendemos com tanta facilidade do que promessas adubadas de lisongeira proza. Por um errado calculo muitas vezes nos largamos a discripção de certos homens, que mal podem dirigir-se: d'aqui procede subscrevermos cousas, que como inteiramente más reprova a razão, e a utilidade; d'esta maneira com as proprias mãos cavamos o precipicio. Um d'esses homens, que só escutão as paixões, e que são levados pelo spirito de vingança, não hesita comprometter aos seus compatriotas, com tanto que leve ao cabo os seus desejos: sempre a Patria, o interesse publico, e a salvação da república o movem quando elle busca vingar se. E' a lei para elle o objecto menos digno de resguardos, e respeito: o que lhe vem ao bestunto deve receber fiel execução, embora se opponha ao bem do Estado, á razão, e a Lei. Tudo salva — o salus populi — Fugamos d'elle, que só busca desunir-nos. No estado, em que paramos, devemos fazer sacrificio de todos os nossos ressentimentos, devemos refrear as nossas paixões, e unidos trabalharmos na defeza commum. Não é a causa de um Principe, ou de um ou outro homem, que vamos defender, não pugnamos por pessoas, é a causa da Nação, são os nossos direitos mais sagrados, que se achão ameaçados de um fatal golpe.

**J**ULGAMOS interessante transcrevermos o seguinte fragmento do Carapuceiro n. 68, cuja leitura muito recommendamos aos nossos leitores.

“ Releva por tanto, que nos demos pressa para fazer face aos nossos inimigos, tomando todas aquellas medidas preventivas, que não trazpozerem as balizas da justiça, e da lei. Tudo, que for sahir desta, he que rer obviar hum mal com outro maior. Na lei temos o curso seguro, na lei temos segurança, temos força, harmonia, e ordem.

Se o nosso Código penal he inadequado ás actuaes circumstancias pela sua demasiada brandura, e filantropia; recorramos aos nossos Legisladores, a fim de que nos provejão do preciso remédio, e nunca nos arrojemos a medidas anarquicas; por que hũ abysmo chama outro abysmo, e se damos sôltas ás paixões particulares, pereceremos antes da cura, do que da enfermidade.

**O** Brazil pela decima vez acaba de solemnizar o anniversario de sua Independencia: e o velho Portugal a onze annos que chora em vão a perda de uma colonia fértil, e rica! Tal é a sorte de todas as Metropoles, mal a civilisação arraiza n'alma do colono os puros sentimentos de Liberdade. Por uma regra que dimanã dos sãos principios de utilidade, ou segundo a expressão de outros, por uma regra gravada no coração humano chegada a epoca em q' o homem pode, independente de guia, dirigir-se, e aperfeiçoar-se elle corta todos os laços que o prendem a tutela paterna, e entra no goso d'aquillo, que lhe era reservado em virtude de sua fraqueza. Tal é o destino das Colonias! Em quanto pela sua fraqueza não podem ser independentes; inscrever os seus nomes na lista das Nações soffrem a triste condição, que lhe coube em sorte, apenas porém reconhecem em si poder, e meios de sustentarem-se livres, e independentes, cortão todos os nos que as unem a Metropole, e entre as Nações tomão o seu lugar. Por mais embaraços, que se ponhão a Independencia de uma Colonia, ella sempre se effeitua. A historia nos dá d'isso bastantes exemplos. Os Estados Unidos, o Mexico e quasi toda a America nos téstemunha esta verdade. Foi o Brazil tal vez quem menos embaraços soffreu, e não sabemos si isto foi um bem. Por um effeito da nossa organização fisica pouco amamos o que pouco nos custa, e vice versa temos em muito o que com difficuldade alcançamos. Longe de nós suppormos, que para o Brazil de pouca monta é a Independencia; e muito menos que a temos em pouco: a prova do contrario apparece no espirito do Povo, na aversão que consagramos aos nossos Metropolitanos. O nada, que nos custou a liberdade porém nos faz reputar todos os passos por mais arriscados que sejam, façeis e seguros, faz considerar ao-nos aptos para tudo, e é por isso que nos contentando

apenas com o nome de liberdade nos damos a experiencia de vãs theorias: tal vez que cansados de uma penosa luta dessemos todo apreço a liberdade, que conquistamos nos gloriosos dias 7 de Setembro e Abril, tal vez que em vez de retalharmo-nos por meio de perigosas divisões saboreassemos os encantos da Liberdade, que não podem consistir se não na maior segurança, que podemos gozar. Não se attribua a espirito anti-reformista o que acabamos de exprimir. E' como o corpo humano o corpo politico; deve-se lhe por tanto aplicar promptos remédios apenas a enfermidade apparece; applique-os porém o habil Medico; quem tem poder para isso, e não homens, que não conhecem a organização social. Partão as reformas da autoridade legitima, e em tempo conveniente; deixemos de legislar com a ponta das baionetas: vejamos antes o meio de reformar os nossos costumes, olhemos para os filhos, que nos pedem o pão, e para o credor, que exige a satisfação da promessa. Se uma lei é má, se as circumstancias exigem que as penas não sejam tão brandas, não é um ou outro homem particular, que a pode reformar, não com baionetas mas com razões e argumentos se demonstra a necessidade da sua abrogação. E' um verdadeiro Despota aquelle que se serve de mão armada para reformar as Leis.

**U**MA sociedade com o titulo de=Anti-restauradora=veia no dia 7 de Setembro alinhar-se entre as muitas, que temos sobre Politica. Seu titulo só por si concilia o maior acatamento, e nos dá lisongeiras esperanças. Sobre tudo uma grande maioria de seus socios nos augura felizes resultados: de pessoas que em todo o tempo nos tem provado a sua adiezão a sagrada causa da Liberdade (salvas as excepções) se compõe esta nova associação. Como todas as novas instituições a sociedade Anti restauradora encontrará inimigos; mas sua conducta franca, e verdadeiramente liberal a porá a salvo de qualquer taxa. Uns lhe dirigirão a mais forte guerra; por q' não farão parte d'ella, outros por causas particulares, e assim ao principio se verá o alvo do odio de muitos: cumpre porém fazer boa escolha. A rapoza no trono nunca deixou de ser rapoza, e é duro ver entre os defensores da Liberdade tomarem assento homens, que outr'ora unidos a D. Pedro nos fazião guerra, e despresados outros, que perseguidos por esses viverão desterrados. Assistimos a primeira sessão que foi celebrada com a maior pompa: e ouvimos o discurso, que se chamou inaugural. Todo o bom Brasileiro deve concorrer para o credito d'esta sociedade: seus fins são os mais puros e sanctos. Toda a opposição, que á ella se fiser é um mal á causa, que defendemos.

